



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIDOIVAL

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Sete de Setembro, 59 – CEP 36.515-000
E-mail: legisgui@gmail.com
FONE / FAX: (32) 3578-1405

Ata 01/2018 da primeira reunião ordinária da Câmara Municipal de Guidoival realizada no dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e dez minutos o Sr. Presidente Evaldo Ribeiro Lopes fez a abertura dos trabalhos invocando a proteção de Deus em nome do povo de Guidoival; solicitou a Sra. Secretária que verificasse o livro de presença constando a presença de nove vereadores: Evaldo Ribeiro Lopes, João Rodrigo Alberto, Ligia Pinheiro Benini, Luiz Antônio de Melo, Cláudio Henrique Vieira, Clóvis José de Oliveira, Luciana Rodrigues Palmeira, Roberto Carlos de Almeida e Ricardo Pereira da Fonseca. Ata 21/2017 da décima primeira reunião extraordinária foi lida, colocada em discussão e votação aprovada por unanimidade. Passa-se a leitura das correspondências e ofícios: Ministério da Educação informa liberação de recursos financeiros a execução dos programas do FNDE; Lorena Schiavon Gonçalves convida todos vereadores para as solenidades de sua formatura. Ofício 01/2018 da Sra. Prefeita Soraia Vieira de Queiroz em resposta ao Pedido de Providência 02/2017 do vereador Roberto Carlos de Almeida; Ofício 225/2017 do TCE/MG pedindo informações sobre o gozo de férias e o possível recebimento de 1/3 de férias; Ofício 01/2018 do vereador Clóvis José de Oliveira solicitando cópia de toda correspondência recebida por esta Casa; Ofício 08/2018 do Ministério Público que acompanha e fiscaliza a regularidade da normatização do custeio de viagens de agentes público da Câmara Municipal de Guidoival. Ordem do dia: Moção de Pesar 01/2018 do vereador Clóvis José de Oliveira aos familiares da Sra. Maria de Lourdes Dutra de Oliveira, colocado em discussão, o vereador Clóvis José de Oliveira disse que seu falecimento é uma perda muito grande pois a Sra. Maria de Lourdes teve boa convivência com todos em nosso município, assim como seu marido, Cândido, continua tendo, Moção colocada em votação, aprovada por unanimidade; Moção 01/2018 do vereador Luiz Antônio de Melo aos familiares de José Carlos Estêvão, colocada em discussão e votação, aprovada por unanimidade; Moção 01/2018 do vereador Luiz Antônio de Melo aos familiares de Benvindo Silva, colocada em discussão, o vereador Luiz Antônio de Melo disse que o Sr. Benvindo, foi vereador nessa Casa de 1977 a 1983, e ajudou muito a população de Guidoival na área da saúde, mesmo sem ter muitos recursos, Moção colocada em votação, aprovada por unanimidade; Projeto de Lei 25/2017 da Lavra do Poder Executivo que "Altera a Legislação Municipal da Estrutura do Município, Extinguindo Departamento, criando Secretarias, e dá outras providências" colocado em primeira votação, vereador Roberto Carlos de Almeida pediu vista, vista concedida. Passa-se a palavra-livre: o vereador Roberto Carlos de Almeida, em tribuna, disse que é um prazer estar de volta a esta Casa e que nessa data, graças a Deus, completa mais um ano de vida; pergunta ao Sr. Presidente e ao líder de bancada do PSDB se tem alguma informação sobre os dois processos administrativos ocorrido no último ano, sobre a venda ilegal de túmulos e sobre o acidente com um dos automóveis da Prefeitura Municipal, que estava sendo dirigido pelo Sr. Maurino Vieira, acrescenta que o Secretário de Transporte lhe relatou que este veículo estava no seguro e questiona sobre o ressarcimento desse valor, pois deveria ter outro veículo a disposição do município; questiona também sobre outro acidente com veículo da Prefeitura, que a Sra. Leila Soares Albino de Araújo Miranda, esposa de Maicon Miranda, dirigia, e agora este carro está sem ser utilizado devido ao ocorrido; falou que ficou sabendo que a Sra. Regina Célia dos Santos protocolou Ofício na Prefeitura cobrando resposta sobre tal caso, e é necessário saber se foi aberto procedimento administrativo para este acontecimento também; o vereador Roberto Carlos de Almeida disse que gostaria de respostas sobre onde é feito o monitoramento das câmeras de segurança instaladas no município, que o correto seria o quartel da Polícia Militar, assim como é feito no município de Ubá/MG, e se for feito em outro local, que os vereadores deveriam cobrar para que seja feito no quartel da Polícia Militar. O Sr. Presidente disse ao vereador Roberto Carlos

APROVADO POR:

Unanimidade

EM 19/03/2018

[Assinatura]
Presidente da Câmara

[Assinatura] [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura]
Evaldo Ribeiro Lopes
Roberto Carlos de Almeida
Luciana Rodrigues Palmeira
Ricardo P. Soares
Cláudio Henrique Vieira
João Rodrigo Alberto
Ligia Pinheiro Benini
Luiz Antônio de Melo
Clóvis José de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIDOIVAL

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Sete de Setembro, 59 – CEP 36.515-000
E-mail: legisgui@gmail.com
FONE / FAX: (32) 3578-1405

de Almeida, que juntamente com o líder de bancada do PSDB, vereador João Rodrigo Alberto, estará cobrando as respostas solicitadas. O vereador Clóvis José de Oliveira, em tribuna, pede que neste ano que inicia todos vereadores fiscalizem; e que sobrou muito dinheiro da devolução que foi feita a Prefeitura; cobrou atualização na Lei Orgânica do Município, que é de 1990, pois ela não dá direito a iniciativa de lei aos vereadores, e permite somente que emende Leis Complementares, acrescenta que o Regimento Interno desta Casa necessita de atualização; citou que o Sr. Saulo está trabalhando no desenvolvimento de um novo Código de Postura; mencionou que as calçadas do local onde estão sendo construídas as casas populares está com passeio sem respeitar o código de postura, mesmo sendo obra do governo federal; falou que também é urgente a criação de um código ambiental no município; disse que só existe o plano de cargos e salários do magistério, e que está sendo descumprido no processo seletivo que ocorreu, pois no artigo 2º diz que a contratação de professor somente pode ser feita por concurso público; acrescenta que é necessário a criação de planos de cargos e salários para outros cargos também, citou como exemplo o setor de transporte, e disse que motoristas recebem salários diferentes; falou que acreditava que estaria em sua mesa um projeto de recomposição de reajuste de salário do servidor público, pois os servidores perderam 3% em 2017, e se não houver tal recomposição, receberão salário abaixo do mínimo legal; disse que foi cobrado pelo Ministério Público lei sobre diárias de viagem, pois ainda não tem uma lei sobre esse conteúdo, e a falta dessa lei é omissão legislativa. O vereador João Rodrigo Alberto, em tribuna, parabeniza o vereador Roberto Carlos de Almeida; sugere que sobre o Ofício da Sra. Regina Célia dos Santos e as câmeras de segurança, o ideal seria fazer um ofício assinado pela mesa diretora cobrando a resposta; falou que o plano de cargos e salários é muito importante, porém deve ser feito com calma, de forma pensada, para se chegar no ideal aos funcionários, que merecem. O vereador Clóvis José de Oliveira disse que a recomposição depende somente de projeto de lei, que o servidor concursado vai chegar ao ponto de receber menos que um salário mínimo; disse que nosso município contrata muito e não podem ganhar mais que servidor concursado; acrescenta que poderia receber pelo TCE/MG e pela Câmara Municipal de Guidoival, porém optou por receber somente pelo TCE/MG, e lá tem recomposição todo ano; disse que Guidoival tem mais contratado do que concursado, tem que remunerar bem tanto o contratado como o concursado. A vereadora Luciana Rodrigues Palmeira pede informação sobre os gastos das festividades da comunidade do Ribeirão Preto e sobre as torres de internet a comunidades rurais, que foi prometida aos moradores dessa área, pois o povo correu atrás. O Sr. Presidente disse que fará ofício à Prefeitura Municipal cobrando respostas das perguntas dos vereadores Roberto Carlos de Almeida e Luciana Rodrigues Palmeira. O vereador João Rodrigo Alberto pediu que incluía no ofício pedido de informação sobre a recomposição salarial. O Sr. Presidente disse que a Sra. Regina Célia dos Santos protocolou ofício na prefeitura e trouxe a esta Casa, porém endereçada a prefeita, e foi orientada a trazer nova via endereçada à Câmara Municipal. O vereador João Rodrigo Alberto pergunta se o processo administrativo está nas mãos do vereador Roberto Carlos de Almeida. O vereador Roberto Carlos de Almeida responde que o processo administrativo sim, mas a assessoria jurídica tem por obrigação encaminhar ao Ministério Público e cobrou o protocolo do mesmo em tal órgão. Não havendo mais quem fizesse o uso da palavra, o Sr. Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, não havendo mais nada para constar, eu Lígia Pinheiro Benini, Secretária da Mesa Diretora desta Egrégia Casa, lavro a presente Ata, plenário Dr. Mário Geraldo de Meirelles, dezenove de fevereiro de dois mil e dezoito.

APROVADO POR:

Unanimidade

EM 19 / 03 / 2018

[Assinatura]
Presidente da Câmara

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]